



**COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024- 2034**  
**(PL 2614/24)**

**EMENDA Nº \_\_\_\_ / 2025**

**Emenda Aditiva ao PNE Para Incluir o  
Objetivo 19 com as Metas e Estratégias.**

Art.1º O PL 2614/2024 passará a conter no anexo 1, o Objetivo 19 com as metas e estratégias abaixo, com a seguinte redação:

**“Objetivo 19:** Assegurar, no prazo de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), a universalização do atendimento educacional especializado (AEE) para os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede regular de ensino, por meio da ampliação e qualificação de salas de recursos multifuncionais e outros ambientes inclusivos de aprendizagem.

**Meta 19.a:** Garantir que, até o quinto ano de vigência do PNE, pelo menos 50% das escolas públicas brasileiras de educação básica estejam adequadamente equipadas com salas de atendimento educacional especializado, com infraestrutura acessível e equipe capacitada.

**Meta 19.b:** Assegurar que, até o final do decênio do PNE, 100% das escolas da educação básica regular estejam adaptadas com recursos físicos, tecnológicos e humanos necessários para o pleno desenvolvimento da educação inclusiva, respeitando as especificidades de cada estudante.

**Meta 19.c:** Priorizar, nos programas de financiamento e apoio técnico da União, a adequação das escolas com alta demanda de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial.

**Meta 19.d:** Estimular a formação continuada de professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado e práticas pedagógicas inclusivas.

**Estratégia 19.a:** Realizar, nos dois primeiros anos de vigência do PNE, um censo detalhado sobre a infraestrutura, número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial e existência de salas de AEE nas escolas públicas brasileiras;

**Estratégia 19.b:** Identificar as escolas com superlotação, maior demanda por AEE e ausência de recursos estruturais adequados;





**Estratégia 19.c:** Garantir financiamento específico da União para a instalação de salas de recursos multifuncionais nas escolas que ainda não dispõem desses espaços;

**Estratégia 19.d:** Estabelecer padrões mínimos nacionais de infraestrutura e tecnologia assistiva para as salas de AEE, com flexibilidade para adaptações conforme a realidade local;

**Estratégia 19.e:** Priorizar a adequação das escolas com maior número de matrículas de estudantes com deficiência ou altas habilidades;

**Estratégia 19.f:** Implementar programas continuados de formação inicial e em serviço para professores e profissionais do AEE, incluindo formação em práticas pedagógicas inclusivas, uso de tecnologias assistivas e elaboração de planos educacionais individualizados (PEIs);

**Estratégia 19.g:** Estimular a criação de carreiras específicas ou gratificações para professores que atuam no atendimento educacional especializado;

**Estratégia 19.h:** Criar núcleos regionais de apoio à inclusão, compostos por equipes multidisciplinares (psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, intérpretes de Libras, entre outros), para dar suporte às escolas;

**Estratégia 19.i:** Promover intercâmbio de boas práticas entre redes e escolas com experiências exitosas em educação inclusiva;

**Estratégia 19.j:** Estabelecer protocolos de articulação entre as áreas da educação, saúde e assistência social para garantir o atendimento integral aos estudantes com deficiência e transtornos do desenvolvimento;

**Estratégia 19.k:** Integrar os dados do Censo Escolar com os dados do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Cadastro Único (CadÚnico), para planejamento e acompanhamento de políticas intersetoriais;

**Estratégia 19.l:** Incentivar a criação e o fortalecimento de comissões escolares de inclusão, com a participação de familiares, profissionais e estudantes, para monitorar e apoiar a implementação do AEE

**Estratégia 19.m:** Garantir a transparência e a publicidade das metas e dos recursos destinados à educação inclusiva, com relatórios anuais de progresso.

**Estratégia 19.n:** Incluir indicadores específicos de educação inclusiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) e nos sistemas estaduais e municipais de avaliação;

**Estratégia 19.o:** Revisar e atualizar periodicamente os parâmetros e metas, conforme os avanços e desafios verificados na implementação.

Apresentação: 20/05/2025 18:48:14.613 - PL261424  
EMC 2874/2025 PL261424 => PL 2614/2024  
EMC n.2874/2025





## JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu artigo 205, assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, fundamentada nos princípios da igualdade e da inclusão. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidam o direito das pessoas com deficiência e outros públicos da educação especial à matrícula em classes comuns do ensino regular e ao atendimento educacional especializado complementar.

Entretanto, dados recentes revelam que grande parte das escolas brasileiras ainda não possui estrutura física ou pessoal qualificado para assegurar plenamente esse direito, comprometendo a qualidade da inclusão escolar e a equidade educacional. A implantação universal das salas de recursos multifuncionais e de estratégias de AEE constitui medida essencial para a efetivação dos princípios constitucionais e legais mencionados.

Estabelecer metas graduais e estratégias claras permite não apenas assegurar o direito à educação inclusiva com qualidade, mas também garantir que a política seja exequível e adaptável às realidades locais. O fortalecimento da educação inclusiva representa um avanço civilizatório, promovendo justiça social e igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

**Deputado Cobalchini**  
**MDB-SC**

Apresentação: 20/05/2025 18:48:14.613 - PL261424  
EMC 2874/2025 PL261424 => PL 2614/2024  
**EMC n.2874/2025**

